As revoluções anticapitalistas do século XX: muitos Fevereiros e a excepcionalidade de Outubro

"Ainda não entendemos por que a votação com os pés, em massa, se tornou parte tão mais significativa da política nas últimas décadas do século. Uma das razões deve ser que, nesse período, o fosso entre governantes e governados se alargou em quase toda parte(...) Foi uma demonstração didática da máxima de Lênin, de que a votação com os pés dos cidadãos podia ser mais eficaz do que a votação em eleições."

Eric Hobsbawm, Era dos extremos

Iniciamos o século XXI sem que exista, atualmente, um só país em que possamos reconhecer um processo de transição ao socialismo. Entretanto, a crise do capitalismo se agrava em graus inéditos, se comparados com o período de meio século que nos separa do final da Segunda Guerra Mundial. Uma nova geração de trabalhadores e jovens se une à causa do socialismo, sem poder apoiar a sua luta na referência de um país onde exista uma experiência em curso de passagem a uma sociedade sem exploração. Nunca existiu na história, paradoxalmente, uma época tão revolucionária como foi o século XX.

Um tal panorama pareceria contrariar todos prognósticos do marxismo sobre a crise do capitalismo. O olhar de Marx, quando se atreveu – de forma contida, por prudência diante das ironias da história, e por respeito ao rigor teórico – a fazer vaticínios sobre os vastos horizontes das longas durações, reconhecia as enormes margens de erro das previsões, limitadas pelas imensas distâncias, mesmo quando não duvidava da justeza de suas premissas.

Ainda que se queira argumentar que a restauração capitalista na ex-URSS e no Leste Europeu – um processo devastador de destruição de forças produtivas, em uma escala só comparável a guerras de extermínio – tenha sido uma regressão qualitativamente mais brutal do que vem ocorrendo na China, desde que, no final dos anos setenta, se implantou o programa das "quatro modernizações", parece, no mínimo, pouco razoável aceitar que uma "NEP de cem anos", nas condições atuais de acumulação capitalista primitiva, seja uma passagem para uma sociedade mais igualitária.

O acordo estratégico da "nova direção" chinesa com as condições dos investimentos capitalistas da diáspora burguesa sinaliza a adesão a um processo que tem permitido, sem dúvida, taxas de crescimento econômico muito elevadas. Tem estimulado, também, contudo, e em uma intensidade ainda maior, o crescimento da desigualdade. Uma transição ao socialismo deveria ser, antes de tudo o inverso, ou seja, menos injustiça que no passado. O contorcionismo teórico que defende como plausível uma primeira transição imediata ao capitalismo, como tática de uma estratégia para uma segunda transição anticapitalista é uma política demasiado sinuosa para ser seriamente considerada.

Embora seja um tema controverso, não parece difícil aceitar a previsão de que a China poderá, ainda que com dificuldades imprevisíveis, preservar a independência relativa do seu Estado no Sistema Mundial. Talvez seja, no entanto, ainda muito cedo para uma avaliação conclusiva se a re-colonização será ou não evitada. Seja qual for a dinâmica desta transição, no entanto, as

complexas relações da economia chinesa com o mercado mundial capitalista não a conduz a uma sociedade sequer remotamente aparentada à idéia do socialismo. A situação em Cuba deve ser considerada, por enquanto, mais desanimadora. A ilha das esperanças de, pelo menos, duas gerações de socialistas latino-americanos, dificilmente escapará sequer à semicolonização.

A força das cinco vagas da revolução mundial no século XX, contudo, chegou a atingir tal extensão que, em meados dos anos setenta – apesar de incontáveis heroísmos e, também, trágicas derrotas – um em cada três seres humanos viviam em sociedades em que o capital tinha sido expropriado. As revoluções do século XX foram objetivamente anticapitalistas, mesmo quando as suas tarefas de primeira hora foram democráticas, os seus sujeitos sociais foram outras classes que não o proletariado, suas direções foram outras que os partidos marxistas, e seus resultados se limitaram aquém do socialismo.

Escrevendo no início do novo século, o balanço dos últimos trinta anos poderia parecer desolador, mas não deve obscurecer o mais importante. Revoluções continuaram acontecendo. Milhões de seres humanos recorreram ao método revolucionário da ação direta para alterar os seus destinos. Se os resultados não corresponderam às expectativas nelas empenhadas, o desafio histórico e teórico permanece intacto: compreender como e por que a força da contra-revolução permitiu preservar o capitalismo.

Uma nova etapa ou uma nova época histórica?

A maioria dos historiadores marxistas sublinha que a revolução de Outubro esteve entre os principais acontecimentos históricos, senão o principal, do século XX, e abriu uma época de revolução mundial. A restauração capitalista na ex-URSS e no Leste Europeu nos anos noventa, no entanto, favoreceu uma perspectiva de análise, em grande medida, oposta, mesmo na opinião genericamente de esquerda. Ainda quando necessária, a reinterpretação da história pode chegar, às vezes, a conclusões estarrecedoras. A desqualificação de Outubro como um acidente histórico voltou a ser corriqueira.

Nenhum debate histórico está imune de controvérsias ideológicas. Associada à diminuição do lugar de Outubro está a intenção de desvalorizar o projeto da revolução anticapitalista. Um dos traços que caracterizaram os últimos doze anos foi a consolidação da liderança dos EUA no Sistema Mundial de Estados. As idéias reacionárias mais primitivas – a retomada de um programa ultraliberal – foram assumidas pelas frações majoritárias da burguesia em todo o mundo. A História não pode ser escrita senão por homens e mulheres que olham o passado com os filtros da pressão dominante no seu tempo presente. Quando essas forças são obscurantistas, e não são equilibradas por contrapressões, um novo olhar pode mais ocultar do que iluminar.

Muitos historiadores concordaram com a apreciação céptica apresentada por Hobsbawm em *A Era dos Extremos* sentenciando que a época aberta pela revolução russa teria se fechado em 1989/91. Parece muito razoável admitir que a restauração capitalista no Leste europeu e, sobretudo, na Rússia significou uma dramática mudança histórica, mas daí a concluir que teria sido uma mudança de época revelou-se apressado e impressionista. Na primeira metade dos anos noventa, todavia, o cenário internacional parecia desolador.

Uma etapa histórica, de fato, se encerrou com o colapso da URSS. Ela não tinha se iniciado, todavia, em 1917, mas no final da Segunda Guerra Mundial. Como três gerações de socialistas, em sua maioria, se educaram na esperança de que a derrota do capitalismo em uma região do mundo que correspondia a um terço da humanidade, mesmo se as mudanças na sociedade tivessem sido bloqueadas nos limites de um estreito nacionalismo e em uma degeneração burocrática que perpetuou desigualdades, correspondia a um processo de transição ao socialismo – ainda quando admitissem que existiam deformações – a queda do estalinismo foi percebida como o fim de uma era, a época da revolução mundial. Os últimos dez anos, contudo, demonstraram que estavam errados.

É certo que a primeira metade dos anos noventa se caracterizou por um ataque impiedoso do capital contra a classe operária dos países imperialistas e os povos dos países da periferia. O neoliberalismo conquistou a opinião burguesa mundial e passou a ser o programa internacional dos partidos do capital. O "não há alternativa" de Thatcher foi o senso comum, e grande parte da esquerda organizada acabou sucumbido à pressão, e se adaptando.

Mas, depois da crise mexicana, uma nova situação foi aberta à escala internacional. Revoluções insistiram em continuar acontecendo e derrubando regimes monstruosos: o *apartheid* foi derrubado na África do Sul e Mobutu no Zaire; na América Latina caíram Carlos Andrés Perez na Venezuela, Collor no Brasil, Fujimori no Peru, Mauad no Equador e De La Rua na Argentina, na seqüência de gigantescas mobilizações de milhões; na Ásia caiu a ditadura sanguinária de Suharto. No centro do sistema, surgiu um movimento antiglobalização com a capacidade de organizar uma mobilização internacional contra a guerra no Iraque superior ao que foi a solidariedade ao Vietnam no final dos anos sessenta.

A derrota do estalinismo levou a maioria dos estalinistas – embora, justiça se faça, não todos – a renunciar ao socialismo, e a aderir à democracia. Alguns o fizeram passando-se diretamente para o programa da ala direita da socialdemocracia internacional – lide rado pelo social-liberalismo da Terceira Viana de Blair – enquanto outros aderiram a versões mais recicladas de neokeynesianismo saudoso da socialdemocracia de "esquerda".

Os últimos doze anos, porém, não foram marcados somente pela ofensiva neoliberal contra as conquistas dos trabalhadores. Ou, sequer, pela intervenção norte-americana no sentido da consolidação de uma nova ordem mundial. Embora a destruição dos direitos do trabalho tenha desfigurado o que foi proclamado pela socialdemocracia, solenemente, a partir de meados dos anos setenta, como "Estado de Bem Estar Social", seria no mínimo precipitado concluir que o proletariado dos países centrais, em especial na Europa, mas também no Japão e nos EUA foi derrotado.

A ofensiva mundial do capital – recolonizadora sobre a periferia, restauracionista sobre a China e Cuba, e histericamente anti-operária nos países centrais revelou, em primeiro lugar, que a crise da economia capitalista exige um novo padrão de relações sociais e internacionais, ainda mais bárbaro. De toda forma, *doze anos não são o bastante para determinar o sentido de uma etapa*. A perspectiva histórica recomenda prudência e, comparativamente, sugere que a reação dos

trabalhadores será proporcional à nova violência da agressão que os vitima. A última palavra ainda não foi dada.

A originalidade histórica do Outubro russo

A desvalorização de Outubro como mais um golpe de estado, uma quartelada, entre as muitas que se deram no século XX, não merece ser considerada seriamente. Não passa de desatino ideológico. Quando a mobilização de milhões colocou abaixo o Czarismo e, na seqüência, derrubou o governo provisório de Kerensky, que insistia em manter a Rússia na Guerra contra a Alemanha, triunfou a primeira revolução socialista da história.

Antes da revolução russa, a luta sob bandeiras igualitaristas tinha animado incontáveis gerações, e semeado os combates mais heróicos, mas nunca tinha conquistado o poder. *Outubro, antes de tudo, provou que era possível*. Impossível compreender a posterior história do século XX sem enfatizar o lugar da ação política, econômica, militar e ideológica das classes burguesas em todos os continentes para impedir, a quaisquer custos, novos Outubros. A história das revoluções é indivisível da história das contra-revoluções.

A própria referência teórica da idéia de revolução, antes associada, essencialmente, ao padrão estabelecido pela revolução francesa de 1789, passou a ter em Outubro o paradigma contemporâneo. Assim, não é estranho que sejam raros na história, meses tão estudados como aqueles que antecederam a 3ª Revolução Russa. Entre Fevereiro e Outubro, temos o modelo "clássico" de uma situação e de uma crise revolucionária. Como a influência do marxismo, por razões óbvias, é muito grande nos estudo das revoluções, e a influência de Outubro, por sua vez é muito grande sobre os marxistas, é compreensível a "russificação" do modelo teórico para construir modelos comparativos. Hobsbawm assinala, comparando-a, com a Revolução Francesa:

"A Revolução de Outubro teve repercussões muito mais profundas e globais que sua ancestral. Pois se as idéias da Revolução Francesa, como é hoje evidente, duraram mais que o bolchevismo, as conseqüências práticas de 1917 foram muito maiores e mais duradouras que as de 1789. A Revolução de Outubro produziu de longe o mais formidável movimento revolucionário organizado na história moderna. Sua expansão global não tem paralelo desde as conquistas do Islã em seu primeiro século. Apenas trinta ou quarenta anos após a chegada de Lenin à Estação Finlândia, em Petrogrado, um terço da humanidade se achava vivendo sob regimes diretamente derivados dos 'Dez dias que abalaram o mundo'". [1]

A revolução russa se destaca, de qualquer forma, por três elementos decisivos que a distinguem de todas as outras revoluções socialistas do século XX:

a) o sujeito social dirigente e polarizador do descontentamento popular foi, indiscutivelmente, o proletariado urbano que acaudilhou as outras classes, em particular, a imensa massa camponesa, que constituía a maioria da população;

b) a auto-organização popular, nas fábricas, nos bairros populares, nas forças armadas e nas aldeias camponesas, na forma dos conselhos ou sovietes, permitiu a mais avançada experiência

de democracia direta conhecida pelo movimento operário até então (primeiro como duplo poder "institucionalmente" organizado, e nos primeiros dois ou três anos depois de Outubro, como órgãos de pressão da soberania popular sobre o Estado);

c) a liderança, ou o sujeito político coletivo, era uma direção internacionalista que acreditava que o projeto da revolução russa dependia, como questão de vida ou morte, do triunfo da revolução européia em geral, e da revolução alemã em particular.

Mas Outubro ficou, também, associado às décadas de estalinismo, como a revolução francesa ficou associada com Napoleão, embora fosse o seu oposto. A obra da contra-revolução precisou se camuflar com as roupas prestigiadas da revolução para abrir o caminho do poder. Os horrores da ditadura estalinista não aconteceram em vão. As aberrações burocráticas ofereceram um novo significado ao célebre aforismo que diz que a história, quando se repete, transforma o que foi tragédia em comédia. Os herdeiros de Stálin – Gorbatchev, Yeltsin, Putin – se locupletaram, despudoradamente, como os agentes da restauração capitalista.

Não há emulação possível, contudo, com bandeiras manchadas. O lugar do exemplo é vital na luta política. Diante da existência da URSS como a representação do "socialismo" (ou seja, um Estado militarmente muito poderoso, mas com uma economia inferior à dos países imperialistas, e um regime político aterrorizador de partido único), durante mais de sete décadas, ocorreu um divórcio de amplas parcelas, senão da maioria da classe trabalhadora mundial, e a herança da revolução russa. Parcelas muito expressivas do proletariado no Mediterrâneo – e a maioria nos países anglo-saxônicos e escandinavos – apegados às suas conquistas democráticas não se sentiam atraídos pelo "socialismo" real, enquanto ele foi sinônimo de desigualdade social e burocracia, escassez econômica e partido único.

Os dilemas do socialismo contemporâneo não são simples. Nos anos quarenta do século XIX, tanto na França quanto na Inglaterra, quando o movimento operário demonstrou disposição revolucionária sob liderança blanquista e cartista, os marxistas eram pouco influentes. Mas, depois, quando a maioria da classe trabalhadora aderiu ao socialismo, a maioria dos marxistas se fizeram reformistas.

A crise atual do marxismo é, em primeiro lugar, uma crise do movimento que luta pelo socialismo. Essa luta dependeu, no passado, da fusão do movimento prático de resistência dos trabalhadores e da juventude – ou pelo menos dos seus setores mais avançados – com um programa anticapitalista. Essa relação se rompeu. Uma bandeira sem manchas não é tão simples como uma camuflagem de programa eleitoral: não adianta lavar a camisa velha, é preciso trocar de roupa. Esse exercício tem uma dupla dimensão, prática e teórica, e elas são inseparáveis. Um balanço histórico demonstra-se incontornável.

Se nada muda então nada importa

Um estudo sobre critérios de datação de processos revolucionários, ou sobre os tempos históricos da revolução social, pode parecer desnecessário. Sejamos imprudentes e encaremos o problema

da importância da periodização histórica e política. Os critérios que as ordenam não são inocentes.

Já foi dito que, se nada muda então nada importa. As concepções de História não são imunes à força avassaladora das premissas que uma visão do mundo estabelece a priori: as respostas que se encontram dependem das perguntas que são feitas. Se, na longa duração, o foco da investigação se desloca para o que tem permanência ou, quando muito, se transforma lentamente em uma escala de tempo que nos esmaga, então é inexorável que o cepticismo triunfe sobre a vontade.

As possibilidades da mudança precisam ter dimensões humanas para que a desesperança não seja exasperadora: por isso, a contribuição primeira do marxismo para a História tem sido a oferta de uma explicação para a alternância de ritmos das transformações na vida das civilizações e sociedades. É preciso que a História seja capaz de se perguntar e explicar, seja qual for o período a que sua investigação se dedique, quais eram os desafios que os homens que a fizeram se colocaram, e como se formularam as escolhas alternativas que os dividiam entre si e, finalmente, porque uma via se sobrepôs às outras e, em que medida, a aventura da mudança foi bloqueada ou acelerada.

Todas as revoluções estabeleceram novos desafios teóricos e deixaram novas referências históricas. Nunca poderá existir uma teoria da revolução acabada porque cada processo acrescenta outros elementos. Confirmam-se, de alguma maneira, conclusões anteriores e contrariam-se outras. A mais elaborada teoria será sempre um esquema provisório diante de uma realidade sempre singular e inesperada. Em suma, as revoluções surpreendem.

Épocas de reformas e Épocas revolucionárias

O marco de época revolucionária é chave para compreender o período que examinamos. Dizemos revolucionária por duas razões, uma histórica e outra econômica. Primeiro, como é óbvio, porque nunca aconteceram tantas revoluções, embora a maioria tenham sido derrotadas. O conceito chave não pode ser apreendido, plenamente, se deixarmos de considerar que as sociedades humanas, antes do século XX, só muito extraordinariamente recorreram ao método revolucionário para realizar mudanças.

O resultado atingido pela contra-revolução em tantos processos, anulando em anos o que a revolução conquistou em semanas, não pode diminuir o significado da mobilização de massas. Na maioria dos países do mundo a luta de classes transbordou – em algum momento – do leito das águas calmas das alternâncias eleitorais previsíveis ou, mais freqüentemente, da resignação política diante de regimes tirânicos, exigindo a luta de milhões para impor mudanças. Esse fenômeno, historicamente, é excepcional.

As amplas massas só se lançam em ações revolucionárias quando todas as outras formas de pressão e luta já se esgotaram e, ainda assim, só sob o impacto de acontecimentos aterradores que as despertam do imobilismo político e da apatia social. A luta pelas reivindicações, ou seja, por reformas da ordem existente, é sempre a primeira reação de qualquer classe explorada. É, aliás, a reação de qualquer grupo humano oprimido frente a qualquer organização social. As

pessoas foram educadas dentro da ordem existente e, em sua maioria, não conhecem outras, e não se colocam o problema de revolucionar a ordem existente, e imaginar uma outra. Aceitam as instituições da ordem existente, e procuram aliviar o seu sofrimento apresentando propostas de reformas, ou seja, mudanças que não alteram a ordem, mas corrigem as deformações mais aberrantes e irritativas. Essa é a escola sindical e parlamentar do aprendizado político. Só quando a via das reformas está irredutivelmente bloqueada as massas se dispõem a realizar ações revolucionárias. A dificuldade maior ou menor de realizar mudanças por reformas, ou seja, a elasticidade ou a rigidez de um regime social para assimilar concessões, depende mais de circunstâncias econômicas do que da lucidez políticas de seus dirigentes.

Época do imperialismo e capitalismo tardio

A caracterização do século XX como a época do imperialismo – uma época de revolução social – encerra uma apreciação dos limites do capitalismo que não escapou à atenção tanto de economistas quanto dos historiadores. O estágio do imperialismo – o apogeu do sistema – colocou o capital diante de contradições cada vez mais agudas: deflação crônica, inclusive na forma de queda do salário médio, como expressão da longa depressão, sem que tenham conseguido recuperar a taxa média de lucro; crise ambiental agravada enquanto o consumo de derivados de petróleo não pára de aumentar; massas crescentes de capital que se afastam da atividade produtiva, enquanto o desemprego devasta o mundo; superprodução de mercadorias, enquanto o subconsumo condena um terço da humanidade a viver com até US$2,00 por dia, etc.

A flexibilidade maior ou menor de um regime social de fazer concessões, diminuindo a intensidade das tensões econômico-sociais no seu interior, revela o grau de sua força e o potencial de sua longevidade. Se o capitalismo, depois do esgotamento da fase A do ciclo kondratiev de crescimento de 1945/74, passou a ter maiores dificuldades de absorver reformas que favoreçam a distribuição de renda e maior justiça social, é porque a margem de rentabilidade do capital está em queda. Mas um mundo em que a economia não cresce ou, quando cresce, tem um metabolismo muito lento, é um mundo em crise crônica. O reformismo sem reformas terá muitas dificuldades de manter sob controle as massas castigadas pela exigência do aumento da exploração. Nessas condições, o nível de tensão na luta de classes tende a ficar mais elevado.

Ainda que um colapso econômico seja previsível, não se deve concluir que seria suficiente para derrotar, politicamente, a ordem burguesa. Enquanto não se reorganizar sob novas bases o movimento operário, em pelo menos alguns países decisivos do cento e da periferia, parece difícil considerar que uma crise econômica, por mais grave, não possa ser superada.

Quando as concessões não podem ser admitidas, porque a menor restrição à acumulação de capital e à realização dos lucros, ameaça a sociedade com desinvestimentos e regressão, a caducidade do sistema não pode ignorada. Nenhum regime social tão desigual pode se manter, indefinidamente, sem alguma margem de elasticidade para a mobilidade social. Nos últimos vinte e cinco anos, em uma maioria muito significativa de países, a geração mais nova chega à vida adulta sem esperança de conseguir ter uma vida melhor do que a dos seus pais.

Mas reconhecer que uma época de revolução social está aberta – uma avaliação histórica na escala das grandes durações – é insuficiente para resolver a questão das periodizações mais curtas, como as etapas e situações, ou das ainda mais breves, as conjunturas políticas, que alternam signos ascendentes e descendentes, fluxos e refluxos, muitas vezes assimétricos entre si. Por outro lado, as caracterizações histórico-políticas devem ser construídas, por razões metodológicas – a totalidade é maior do que a soma das partes – a partir do marco internacional, ou seja, considerando o centro do sistema em suas relações mútuas, e nas relações mais estruturais com a periferia. Esse procedimento implica reconhecer que as desigualdades entre as situações nacionais mais diversas, longe de ser excepcional, é muito comum.

Duzentos anos foram necessários para derrotar o absolutismo

As dimensões da história nos oferecem uma boa perspectiva para compreender os tempos da mudança social. A época das revoluções burguesas iniciou-se em meados do século XVII na Inglaterra e encerrou-se com as revoluções de 1848 na Europa, e com a Guerra civil americana. Duzentos anos foram necessários para derrotar o absolutismo, o estado feudal tardio. Ao longo de dois séculos de enfrentamentos existiram muitas e diferentes etapas, algumas contra-revolucionárias, em que a reação aristocrática logrou uma recomposição de forças, embora breve e instável.

A época seguinte foi a época da prosperidade do capitalismo, a sua "era de ouro", mas, comparativamente, muito menor que o período histórico anterior. A história se acelerava. Durou pouco mais de meio século. Foi o apogeu do reformismo com reformas. As imensas conquistas das classes trabalhadoras – como a redução da jornada com aumento do salário médio – eram possíveis porque a vitalidade do capitalismo permitia fazer concessões. Esgotou-se na virada do século XIX para o XX e foi reconhecida, retrospectivamente, como a "belle epoque".

Foi, também, um tempo de estabilização do sistema e, portanto, de reformas controladas, com Bismarck na Alemanha, e a transição Meiji no Japão – em que predominaram as passagens "por cima" – acordos preventivos entre frações das classes proprietárias. O processo das modernizações conservadoras em países do centro que constituíam ou recriavam seus Estados Nacionais, uma solução histórica atípica, *contrariava a caracterização de abertura de uma época de revolução social*. Uma atualização da análise marxista estava sendo exigida por uma realidade imprevista. Afinal, não só não tinha triunfado nenhuma revolução socialista – a Comuna de Paris, apesar de seu heroísmo, foi selvagelmente derrotada – como o capitalismo parecia ter uma vitalidade crescente. A "via prussiana" de Lênin ou as "revoluções passivas" de Gramsci foram duas respostas teóricas os fenômenos novos.

De qualquer forma, estejam certas ou erradas essas datações aproximativas, o peso dos elementos subjetivos, incluindo aí o mais subjetivo dos fatores, o lugar dos sujeitos políticos coletivos, pareceria ser cada vez mais determinante e significativo na alternância das situações políticas. O século XX foi o século do "império" da política. E, nesse sentido, reafirmou a hipótese fundadora de Marx que sugeriu a idéia de que a transição pós-capitalista de tipo socialista seria mais "consciente" do que a transição burguesa. O que é o mesmo que dizer que seria uma transição política, impulsionada por uma vontade coletiva. Esse é o sentido profundo

da consigna-prognóstico: “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”.

O auto-engano dos que abraçam um projeto que tem pressa

Já houve quem considerasse desnecessária uma conceituação de etapas à escala internacional, embora seja uma posição dificilmente sustentável. Não parece muito prometedora uma estratégia política que desconsidere a avaliação das relações de força dentro de um sistema que se internacionalizou há séculos. O elogio do empirismo, fazendo da necessidade, virtude, não poderá senão alimentar o auto-engano. De qualquer forma, os erros nesse terreno são muito comuns e têm as suas conseqüências. Tanto podem subestimar como sobreavaliar as dificuldades.

A discussão sobre a articulação da época com as etapas e situações conheceu, por exemplo, uma ilustrativa polêmica no final da década dos anos vinte, durante o chamado Terceiro Período, quando a Comintern proclamou a abertura de uma fase de colapso final do capitalismo. O colapso de 1929 parecia dar razão ao catastrofismo. A oposição de esquerda, liderada por Trotsky, foi durante alguns anos, artificialmente, “empurrada para a direita”, porque discordava do conceito de “etapa final”, uma caracterização considerada inadequada. Isaac Deutscher resume esse debate:

“Nem o febril ultra-radicalismo do ‘terceiro período’ testemunha qualquer internacionalismo revolucionário novo de Moscou. O ultra-radicalismo obstruía o crescimento do comunismo no mundo, tal como o oportunismo antigo, e encerrava em si, a mesma cínica indiferença burocrática aos interesses internacionais da classe operaria. Agora, como antes, Trotski defendeu a opinião de que toda a época que se iniciara com a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa era de declínio do capitalismo, cujas bases mesmas estavam abaladas. Isso, porém, não significava que o edifício estava na iminência de desabar com estrondo. A decadência de um sistema social não é um processo isolado de colapso econômico ou uma sucessão ininterrupta de situações revolucionárias”. [2]

A crítica de Deutscher foi visionária. As periodizações de épocas, embora cimentadas em terreno firme pela valorização de um critério econômico, estabelecem somente um marco geral nas proporções da história, portanto, das longas durações. Não podem dispensar nem uma apreciação de etapa internacional, nem uma análise concreta das situações em cada país. Seria ingênuo – e superficial – imaginar que uma época revolucionária seria uma seqüência de situações revolucionárias ininterruptas.

A transição pós-capitalista, embora se sustente em uma apreciação do impasse econômico do Capital, não poderia resultar de um processo “catastrófico” de “explosão/implosão” econômica. O quadro mundial teve sempre refrações desiguais em cada continente, e variações acentuadas de país para país. Cada uma dessas escalas – etapa, situação e conjunturas – se definem como qualificações em que as medidas dos tempos e espaços exigem uma contextualização das relações de forças políticas e sociais. Existiram, e existem sempre, alternativas históricas variadas.

Como, aliás, os anos 30, o período mais dramático da história do século XX, quando parecia razoável considerar as vitórias do nazi-fascismo como um perigo para a sobrevivência da civilização, deixaram claro. Sob o impacto de terríveis cataclismos, as massas populares podem procurar uma saída para a crise inclinando-se à esquerda, ou podem deslocar-se para a extrema-direita. O capitalismo não conhecerá uma morte "natural". De novo, Isaac Deutscher:

"Nenhuma depressão era, portanto, a priori, a 'derradeira e final'. Mesmo em sua decadência, o capitalismo teria altos e baixos (embora os altos se tornassem cada vez mais breves e incertos, e os baixos cada vez mais baixos e ruinosos). O ciclo econômico, por mais que se tivesse modificado desde a época de Marx, ainda seguia seu curso habitual, não só de surtos de prosperidade para a depressão, mas também desta para o primeiro. Era, portanto, absurdo anunciar que a burguesia chegara 'objetivamente' ao seu impasse final: não havia impasse do qual uma classe dominante não tentasse sair e seu êxito dependia não tanto de fatores puramente econômicos, mas muito mais do equilíbrio das forças políticas, que poderia pender para um ou outro lado, segundo a qualidade da liderança comunista. Prever uma 'maré ininterruptamente montante da revolução', descobrir 'elementos de guerra civil' em quase todas as greves turbulentas, e proclamar que era chegado o momento de passar da defensiva à ofensiva, e à insurreição armada, não era proporcionar liderança, mas sim cortejar a derrota". [3]

Nenhum sistema social na história deixou de oferecer resistência, mesmo quando seu desmoronamento parecia irreversível. Os privilégios proporcionados pelos monopólios capitalistas, incomparavelmente superiores a qualquer ordem de exploração e opressão precedentes, não poderiam deixar de ser defendidos a qualquer custo. Imaginar que a resistência contra-revolucionária do Capital poderia ser menos virulenta que a oposição aristocrática à transição burguesa, seria o mesmo que ignorar que a segunda foi uma passagem de um sistema de exploração para outro, enquanto a transição socialista se propõe eliminar as desigualdades. Teria que ser mais difícil.

Devemos considerar, portanto, à luz da história dos últimos cento e cinqüenta anos, como algo previsível as alternâncias de situações mais adversas e mais favoráveis aos trabalhadores e suas lutas. A dialética de vitórias e derrotas tem como pano de fundo as flutuações das relações de forças entre as classes. O processo histórico não tem "mão única". As inflexões e até inversões de sentido das situações políticas ocorrem de maneira indirecionada e os desenlaces na luta de classes são imponderáveis.

É notável, no entanto, como, apesar da crise histórica do movimento socialista, as situações revolucionárias se avolumaram na forma de vagas sucessivas que atingiram, sobretudo, o mundo periférico. Raros foram os países que não viveram processos de revolução social. Entre eles se destacam os EUA e a Inglaterra, as fortalezas do capitalismo. E ainda assim, a Inglaterra, esteve lá perto – afinal, conheceu situações pré-revolucionárias, ou algo muito próximo – pelo menos, duas vezes. A primeira, em meados dos anos vinte, e a segunda, nos anos 70. Consideremos somente os países centrais: França, Alemanha, Áustria, Itália e Espanha conheceram graves

crises revolucionárias, alguns mais de uma vez. O mesmo se poderia dizer, com tanta ou mais razão, da maioria esmagadora dos países chaves do mundo periférico.

Parece necessário reconhecer, contudo, que cento e cinqüenta anos depois de Marx, e após incontáveis situações e crises revolucionárias nos mais variados países e continentes, estamos ainda diante de enormes obstáculos para uma vitória revolucionária da magnitude que teve o Outubro russo. Por muitas e variadas razões – em grande medida – de natureza subjetiva.

As revoluções de massa são uma surpresa histórica

O despertar simultâneo – e na última hora – de milhões de pessoas, até então politicamente desinteressadas, para a ação direta procurando uma solução coletiva para a satisfação de suas necessidades foi sempre considerada como algo inusitado. Nunca existiu na história, todavia, uma época em que as sociedades recorressem ao método revolucionário para realizar a mudança política e, em algumas circunstâncias mais excepcionais, transformações econômico-sociais, com tanta freqüência como no século XX.

"Elles commencent dans l'étonnement et la bonne humeur, dans la confiance en une juste cause. Le dérèglement soudain des temps prend d'abord des allures de fête, d'entorse exceptionnelle à la règle du quotidien, de transgression où 'quelque chose de plus fort que notre libre possibilité, de plus fort que notre responsabilité semble faire irruption dans la vie et lui donner un sens sinon inconnu'. En juillet 1789, en février 1848, en mai 1871, en février 1917, en juillet 1936 à Barcelone, en janvier 1959 à La Havane, le 10 mai 1968 entre deux barricades, en avril 1974 sous les oeillets de Lisbonne, quelque chose d'improbable arrive, 'de l'ordre du démoniaque et de la passion', que l'on attendait pourtant, que l'on a toujours secrètement attendu". [4]

No entanto, as cinco vagas da revolução mundial do século XX – 1917/23, na Europa Central, 1930/36 na Europa do Mediterrâneo, 45/49 na Europa do sul e na Ásia, 68/79, à escala mundial, e 1989/91 no Leste europeu e na URSS, uma vaga atípica, por variadas razões – mesmo quando abalaram o centro do sistema e transformaram o mundo, abrindo uma via para algumas experiências pós-capitalistas, não foram suficientes para deslocar a ordem do Capital.

As revoluções que foram além dos limites da propriedade privada, depois do Outubro soviético, triunfaram em países da periferia, invariavelmente, muito atrasados. Isoladas, em uma situação histórica em que o capital mantinha o domínio do mercado mundial, essas experiências revolucionárias viram a passagem para uma sociedade mais igualitária bloqueada ou, diretamente, abortada. Com o tempo, as pressões restauracionistas revelaram-se não só poderosas, mas irrefreáveis. Quando setores majoritários da burocracia reconheceram que os estreitos limites em que se moviam condenavam suas economias à semicolonização pelo mercado mundial controlado pelo capital e, sobretudo, quando descobriram que seus Estados estavam perigosamente assediados pela mobilização de massas contra uma desigualdade crescente, se inclinaram por uma associação com o capitalismo mundial.

Primeiro na China de Deng Xiao Ping, no final dos anos 70, retomando as relações com a diáspora burguesa em Hong-Kong, Taiwan, Cingapura e Sudeste Asiático, e depois na URSS, de Gorbatchev, a partir de 1985, iniciaram movimentos lentos de colaboração com o imperialismo para realizar uma restauração controlada. Procuravam uma via, até então, inédita: uma reconversão dos gestores das empresas e do Estado em burgueses proprietários. Na Rússia, o processo escapou às previsões, porque o proletariado entrou em cena e derrubou Gorbatchev. Mas não tinha à sua disposição outra direção senão uma outra fração do aparelho do PC, dirigida por Yeltsin. A revolução política foi a ante-sala de uma contra-revolução social. O mundo assistiu a uma das regressões históricas mais dolorosas da história.

Se a longa transição do feudalismo ao capitalismo, apesar dos inúmeros retrocessos impostos pela resistência feudal, já tinha assumido uma forma continental na Europa, era previsível que a passagem ao socialismo, teria que ser internacional ou, inexoravelmente, retrocederia.

Um século de revoluções na forma de vagas internacionais não diminuiu a crise do internacionalismo

Cada processo revolucionário foi único em suas idiossincrasias e particularidades. Em primeiro lugar, porque a luta de classes é um processo vivo, e sempre em aberto, em que as semelhanças e recorrências, mesmo quando importantes como uma tendência geral, não podem anular as alargadas margens de originalidade, que só se explicam pelas diversidades históricas anteriores. E depois, e possivelmente mais decisivo, porque todas as classes aprendem com suas vitórias e suas derrotas, em maior ou menor medida.

As representações políticas das classes dominantes, todavia, conscientes de que têm muito mais a perder durante as crises revolucionárias, aprendem mais rápido. Acentuaram-se, portanto, as desproporções, porque as classes burguesas de todo o mundo se fizeram mais "internacionalistas", sobretudo depois da vitória na Rússia Soviética, e do susto na Alemanha, na seqüência da crise de 1929. Quando a II Guerra Mundial resolveu a disputa pela liderança no sistema mundial de Estados entre os EUA liberais e a Berlim nazi-fascista, se articularam em patamares de solidariedade mútua contra-revolucionária cada vez coerentes. Ficou mais difícil.

Enquanto o capital se organizava em formas mais complexas de cooperação, garantindo mais coesão ideológica e maior consistência política à sua dominação, o movimento dos trabalhadores caminhava na direção oposta de um nacionalismo cada vez mais obtuso. Durante a etapa político-histórica de 1945/1989, a socialdemocracia e o estalinismo dividiram a influência hegemônica sobre os proletariados mais concentrados nos países centrais, negociando os pactos sociais que cimentaram os trinta anos de crescimento do capitalismo.

As necessidades de análise condicionam a pensar as revoluções como fenômenos nacionais. Mas elas estão inseridas em um processo global no tempo e no espaço. Para ser mais preciso, na época contemporânea, existe uma unicidade do processo da luta de classes à escala mundial, agindo e retroagindo sobre as fronteiras nacionais. A análise da situação internacional em suas duas grandes dimensões, as relações interestatais e as lutas de classes, exige uma reflexão de cada processo inserido como uma parte dentro de uma totalidade maior, compreendida como

um único quadro de disputa, com refrações e desigualdades nacionais. As revoluções transbordam fronteiras e tendem a se alastrar, mesmo quando esse não é o projeto de suas lideranças.

Essas premissas orientam os governos dos países centrais, em especial, o Estado dos EUA, maior responsável pela estabilidade do sistema depois que sua liderança se estabeleceu em 1945. Compreendem o efeito "dominó" e contagiante do exemplo que detonam as vagas revolucionárias. Simetricamente, ou do outro lado da trincheira, no campo dos trabalhadores dos países imperialistas e dos povos do mundo periférico, ainda estamos longe de ver reconstruído o internacionalismo que existiu depois da Revolução russa. A explicação desse descompasso repousou, para o fundamental, na influência majoritária da socialdemocracia e do estalinismo sobre os grandes batalhões do proletariado europeu, reforçada durante os trinta anos de crescimento. Os Partidos socialistas já estavam integrados à defesa da governabilidade dos regimes democrático-liberais. Já os Partidos comunistas, cuja participação governamental ainda era inaceitável para os EUA, pela fidelidade às necessidades da política exterior da URSS – mesmo se o PC da Itália, sob a direção de Berlinguer, se esforçasse em uma dissociação com Moscou que permitisse uma ascenção eleitoral – colaboravam, desde a oposição na preservação da nova ordem mundial. Até 1968, o internacionalismo revolucionário deixou de existir como fenômeno político. Sua defesa se restringiu à atividade de organizações revolucionárias que, em sua maioria, reivindicavam a tradição da Quarta Internacional fundada por Leon Trotsky, porém dividida, primeiro, e depois dispersa internacionalmente em diversos centros.

Os que se motivaram pela guerra de libertação da Argélia ficaram indiferentes à repressão na Hungria em 1956. Aqueles que se mobilizaram em solidariedade à revolução cubana, ignoravam o movimento dos samisdat na URSS, a resistência na Tchecoslováquia ou na Polônia. Só depois da invasão russa para destruir a Primavera de Praga e, sobretudo, após o Solidarinosc em Gdansk, começou a existir uma maior articulação entre os que estavam dispostos a apoiar a revolução sandinista e aqueles que repudiavam o apoio russo à ditadura de Jaruzelski em Varsóvia.

Diante da invasão do Iraque de 2003 revelou-se a majestosa imponência da mobilização internacional unificada, em uma escala, como o mundo não tinha visto desde a campanha de solidariedade com o Vietnam no início da década de setenta. A repercussão do movimento antiglobalização reside na força de atração do apelo internacionalista, como ficou demonstrado desde Seattle até as grandes manifestações antiguerra do 15 de Fevereiro de 2003. Mas as posições anticapitalistas não são majoritárias em seu interior. Muitas variedades de internacionalismo convivem e, eventualmente, agem em coordenação no mundo em que vivemos. Inexiste, todavia, por enquanto, um internacionalismo revolucionário e socialista com capacidade de intervenção política à escala de todos os continentes.

Nenhuma revolução cruzou o rubicão da propriedade privada nos últimos trinta anos

Embora permaneça como a referência mais forte de uma revolução socialista vitoriosa, menos pelos seus resultados nacionais – depois de mais seis décadas de estalinismo – do que pelo seu pioneirismo internacional, porque foi a primeira demonstração inequívoca de que era possível ir

além do capitalismo, *é forçoso reconhecer que Outubro esteve mais para exceção do que para regra.*

Todos os outros processos revolucionários que triunfaram e foram até à expropriação, Yugoslávia e Albânia, China, Coréia, Vietnam e Cuba, contrariaram três prognósticos do marxismo clássico: (a) nem o proletariado foi o sujeito social dirigente, predominaram as revoluções agrárias, com forte protagonismo camponês; (b) *nem a auto-organização plural ou a democracia direta existiu*, predominou a forma de duplo poder territorial, através de exércitos revolucionários ou guerrilhas, militarmente centralizadas, e depois da conquista do poder, uma evolução uniforme no sentido de regimes ditatoriais de partido único; (c) nem a estratégia internacionalista teve maior importância, ao contrário, predominou um intenso nacionalismo, com exceção da revolução cubana, nos seus primeiros anos.

Merece também ser lembrado que, depois do Vietnam do Sul em meados dos setenta, ou seja, nos últimos trinta anos, só triunfaram revoluções políticas. Ou, em outras palavras, *nenhuma revolução avançou até à ruptura com o capitalismo*. Ainda que tenham ocorrido impressionantes revoluções populares, com um engajamento massivo de milhões de pessoas nas ruas e situações de duplo poder, desmoronamento de regimes e governos – no Irã do Xá Reza Palevi e na Nicarágua de Somoza, nas Filipinas de Marcos, no Haiti de Baby Doc, na Indonésia de Suharto, no Zaire de Mobutu, no Peru de Fujimori, na Argentina de De La Rua – em nenhum desses processos se repetiu a experiência da expropriação da propriedade privada. Os triunfos democráticos, mesmo quando profundos, não levaram ao poder governos que se apoiassem na mobilização de massas para alterar as relações sociais. *Trinta anos já constituem um intervalo histórico significativo que exige uma reflexão e explicação teórica.*

Angola, Guiné, Cabo verde e Moçambique chegaram à independência em 1975, como uma das conseqüências da revolução do 25 de Abril em Lisboa, que elas provocaram, depois de mais de um década de guerras de guerrilhas contra o exército português, mas preservaram o capitalismo. Tanto o MPLA (Movimento popular de libertação de Angola), como o PAIGC (Partido Africano de independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde) e a Frelimo (Frente de libertação de Moçambique) inspiraram-se em idéias marxistas e flertaram com a ex-URSS, mas, quando chegaram ao poder, apoderaram-se despudoradamente do Estado para favorecer negócios privados. Burocratizaram-se e se afastaram de qualquer perspectiva igualitarista. Uma burguesia negra vem sendo construída a partir do controle do aparelho de estado.

Vinte anos depois, uma das revoluções mais heróicas do século XX, a revolução anti-apartheid triunfou, finalmente, na África do sul. A queda da ditadura racista não impediu que uma concertação fosse negociada preservando, não só a propriedade privada da riqueza sul-africana nas mãos da burguesia branca, mas também o controle das FFAA e a manutenção da políticas neoliberais. A revolução tirou De Clerck do poder, levou Mandela e O CNA o Governo, mas nem sequer abriu uma janela para diminuir a desigualdade social.

Nas revoluções políticas na América Latina que derrubaram as ditaduras militares nos anos 80 – Argentina em 82, depois da derrota militar na Guerra das Malvinas, Brasil em 84, com as Diretas,

Bolívia em 85 – as mobilizações populares ficaram contidas nos marcos dos novos regimes democráticos, instituídos na primeira fase da revolução, e a ordem econômico-social não foi alterada.

À exceção do Irã e da Nicarágua onde uma posição mais independente no Sistema Mundial de Estados foi conquistada, mas de forma efêmera, porque depois a contra-revolução, finalmente, triunfou, permitindo ou a re-colonização ou uma semicolonização, nem sequer a natureza dos Estados, em sua maioria, semicolônias, foi alterada. Quais as razões históricas deste novo curso? Por que as revoluções sociais ficaram mais difíceis? A resposta mais plausível é o reconhecimento de uma capacidade e, portanto, de uma força contra-revolucionária mais poderosa. Se esta força não se sustentou em um revigoramento econômico do capitalismo – uma nova fase de crescimento sustentado – como no último quartel do XIX, ou nos trinta anos do pós-guerra nos países centrais, então ela repousou, necessariamente, em fatores subjetivos. A experiência histórica favorece a conclusão que sugere procurar na crise de representação das classes exploradas, a inesperada vantagem comparativa das classes exploradoras.

Uma época de revoluções políticas em que as revoluções sociais ficaram mais difíceis

Revoluções políticas – que apelidamos Fevereiros por analogia com a revolução russa que derrubou o czarismo – foram necessárias para garantir a mudança de regimes políticos tirânicos. Por que, no entanto, o processo adquiriu essas formas mais limitadas e não ocorreram novas Cubas? Por que as revoluções democráticas, depois de derrubar as ditaduras odiadas – Marcelo Caetano ou Figueiredo, Suharto ou Marcos, Mobutu ou De Klerck, Fujimori ou Banzer – ou os governos desmoralizados – Mauad no Equador ou De La Rua na Argentina – não avançaram até à resolução das tarefas democráticas pendentes, como a questão agrária e nacional, rompendo com os controles imperialistas, como tinha acontecido no pós-guerra na China, Coréia, Vietnam? Estamos diante de uma mudança de significado decisivo no Sistema Mundial de Estados.

A explicação mais corriqueira, porém inadequada, é aquela que recorre à existência da URSS – e do que era interpretado como sendo o campo socialista – antes de 1991. Nessa perspectiva, a União Soviética teria sido – grosso modo – uma "retaguarda estratégica" da revolução mundial. Sem a presença dissuadora do campo socialista, nenhum povo em país algum poderia se atrever a desafiar o poder americano no sistema mundial, e arriscar-se a uma passagem pós-capitalista. O argumento impressiona, mas não se sustenta.

A mudança que identificamos é anterior ao processo de restauração capitalista na URSS, na verdade, é anterior a Gorbatchev. A política externa do Estado soviético tinha abandonado qualquer apoio à revolução mundial desde os anos trinta. A reconstrução capitalista da Europa no final da Segunda Guerra Mundial teria sido impossível, ou, pelo menos, muito mais difícil, sem a colaboração negociada por Stálin em Yalta e Potsdam. Tanto a revolução chinesa, quanto a cubana foram realizadas apesar da política de Moscou.

Seria superficial ignorar que a relação de cooperação entre a URSS e os EUA conheceu fases de maior rivalidade, e períodos de maior colaboração. Mas, os Governos de Stalin, Kruschev, Brejnev ou Gorbatchev, mesmo quando oscilaram entre as fricções mais ásperas e as

cumplicidades mais abjetas, ao longo da guerra fria, não se comprometeram nem muito menos impulsionaram a revolução mundial. Ao contrário, continham as pressões mais radicais dos movimentos antiimperialistas, na expectativa de que os EUA moderassem, também, suas relações econômicas, favorecendo empréstimos no FMI, por exemplo.

Nessas circunstancias internacionais de estabilidade da liderança americana, apoiada pela Europa e Japão, e concertada com Moscou, até surpreende como existiram processos revolucionários de importante profundidade. No Irã e Nicarágua, a radicalidade do sentido nacional e agrário da luta popular foi muito intensa e, por isso, foi mais violenta a reação do imperialismo: um exército de contras mergulhou a Nicarágua durante anos a fio em uma guerra civil financiada pelos EUA, até à exaustão das forças populares e a literal destruição física do país. Já o Irã foi sangrado pela guerra movida pelo Iraque, com as mãos inglesas e americanas empurrando Sadam Hussein, tolerando até o uso de armas químicas. Os Fevereiros recorrentes foram, contudo, a forma predominante das revoluções do último quartel do século XX. Revoluções anticapitalistas que expropriam ficaram mais difíceis.

Merece ser também lembrado que a vaga de mobilização operária e popular que sacudiu a ex-URSS no final dos anos 80 e início dos 90, foi forte o bastante para derrubar os regimes ditatoriais de partido único, mas não conseguiu bloquear o processo de restauração capitalista que tinha se iniciado com Deng Xao Ping na China em 78, e Gorbatchev em 85. É quase sempre esquecido que o capitalismo de hoje na Rússia não é um resultado direto da revolução política que derrubou Gorbatchev, mas conseqüência econômico-social da contra-revolução que lhe sucedeu.

A seqüência fevereiro/outubro como analogia histórica

Qual o sentido de reexplorar a metáfora histórica? Já foi alertado o perigo de excesso na "russificação" de esquemas teóricos. Mas o paradigma legado por Outubro parece inescapável. Um processo revolucionário que se inicia com uma insurreição democrática que triunfa, de forma fulminante, e abre as condições para, seis meses depois, o triunfo da segunda insurreição, que leva ao poder o bolchevismo. Qual entre tantos fatores teria sido o decisivo? A pressão objetiva da guerra e os sacrifícios que a destruição impunha à população operária e camponesa? As peculiaridades do processo de industrialização capitalista na Rússia, tardia, porém, intensamente concentrada em grandes unidades fabris de dezenas de milhares de trabalhadores? A ausência de uma experiência ou de uma tradição democrático-parlamentar que despertasse a esperança de uma mudança por via eleitoral? A dinâmica de auto-organização popular na forma de organismos de democracia direta e unitária? Ou, finalmente, a presença de um partido como o bolchevismo?

Assistimos, com uma impressionante recorrência, ao triunfo de inúmeras revoluções políticas e democráticas que esmagaram, em poucas semanas, tiranias que, a seu tempo, foram duradouras por anos ou até décadas, como o Czarismo, e que remetem a Fevereiro. Mas, ainda quando o processo revolucionário permaneceu vivo, o intervalo entre a primeira e a segunda insurreição – embora, na maioria das vezes, as massas não tenham sequer tido tempo, ou condições subjetivas de preparar a segunda insurreição – nunca voltou a ser tão curto como os seis meses que

separam Fevereiro de Outubro. Ou as revoluções políticas foram esmagadas pela insurgência da contra-revolução – como na Guerra civil espanhola, ou durante a experiência do processo chileno de 1973 – ou foram asfixiadas pelos planos eleitorais de instauração de regimes democrático-liberais, como na revolução portuguesa de 1974/75.

A exceção de outubro, evidentemente, *não se resume no fato da revolução político-social ter avançado até à expropriação*. São muito conhecidas as hesitações de Lênin em seguir, tão rapidamente este caminho, imposto pelas necessidades da guerra civil. A expropriação, muito mais do que uma escolha estratégica pré-estabelecida, foi imposta no calor dos acontecimentos pelas necessidades de centralização econômica geradas pela guerra civil. Nesse sentido, são ilustrativas as palavras de Hobsbawm:

"Nesse meio tempo, o dever básico, na verdade único, dos bolcheviques era se aguentarem. O novo regime pouco fez pelo socialismo, a não ser declarar que esse era seu objetivo, tomar os bancos e declarar o controle dos "operários" sobre as administrações existentes, isto é, apor o selo oficial ao que já vinham fazendo, de qualquer modo, desde a Revolução, enquanto os exortava a manterem a produção funcionando. Nada mais tinha a dizer-lhes". [5]

Outras revoluções sociais menos profundas como processos de rebelião popular, e com graus de auto-organização muito inferiores, ainda que, possivelmente, com a mesma legitimidade diante da opinião da maioria da sociedade, como a revolução na Albânia e na Iugoslávia no pós-1945, ou mesmo a revolução chinesa ou a cubana, avançaram, também, nessa direção.

Mas, como já vimos, não encontraremos nessas revoluções o papel do proletariado como sujeito social, e muito menos uma auto-organização democrática e plural, como foram os sovietes antes e no período imediatamente posterior a outubro, uma experiência breve, porém extraordinária de democracia direta. Tampouco as direções tinham um projeto internacionalista, que não fosse declamatório, à exceção de Cuba. Mesmo Cuba, no entanto, só manteve uma política comprometida com a extensão da revolução latino-americana por alguns poucos anos, quando Fidel se animou a convocar a OLAS e Guevara conclamou a construção de vários Vietnans.

Nesse sentido, como mobilizações camponesas e populares, inseridas no contexto de um levante explosivo contra tiranias – Cuba – ou regimes de ocupação estrangeira – Iugoslávia, China e Vietnam – podem ser caracterizadas como revoluções democrático-nacionais. Ou, talvez, poderíamos concluir que foram revoluções políticas que transbordaram em revoluções econômico-sociais que se radicalizaram defensivamente e, por essa via, avançaram até a expropriação conduzida por partidos-exércitos que objetivavam, neles próprios, a dualidade de poderes. Quase sempre, mais como uma reação defensiva aos ataques implacáveis que as tentavam esmagar, do que como uma estratégia consciente da necessidade de uma ruptura. Mas a dinâmica anticapitalista abriu o caminho apesar de todas as limitações sociais e políticas de seus sujeitos – base social camponesa, direções nacionalistas – porque a natureza da época – o caráter imperialista da contra-revolução – determina, senão em primeira, em última instância, a natureza do conflito.

A compreensão da originalidade de Outubro não se explica somente porque a primeira revolução socialista triunfou em um país europeu, ainda que a mais asiática das grandes potências européias. É certo que o eixo da revolução mundial se deslocou durante as últimas cinco décadas para a periferia do sistema e predominaram, grosso modo, as revoluções agrárias e populares, em países de desenvolvimento urbano e industrial diminuto. Não nos deve surpreender, portanto, que as formas políticas das revoluções agrárias tenham sido as guerras de guerrilha e as ocupações de zonas libertadas. Essas formas de luta e estratégia militar corresponderam, historicamente, à base social camponesa do processo.

Por que Outubro contrasta com as revoluções posteriores? Em primeiro lugar, porque foram revoluções que derrubaram governos e regimes odiados pelas massas, mas não mudaram *a natureza social do Estado e das relações sociais*. Elas começam com um grande triunfo democrático, mas não ameaçam o controle do Estado pelas classes dominantes e não alteram as relações sociais e não obtêm conquistas socialistas.

Isso não significa que o Estado tenha permanecido intacto ou imune às mobilizações revolucionárias das massas: tanto em Portugal em 1974, como no Irã em 79, derrubados o regime pós-salazarista de Caetano e do Xá Reza Palevi, continuaram vivas, ainda que por um período necessariamente breve, as divisões nas Forças Armadas, deslocamentos de setores da hierarquia estatal, fissuras em todas as relações de poder e autoridade, e até ocupações de terras e nacionalizações impostas pela ação direta das massas em luta.

Em algumas revoluções políticas, a força do impulso revolucionário esteve até muito perto de ameaçar a ordem político-social do capitalismo como, por exemplo, na Bolívia em 52, Argélia nos inícios dos 60, Chile em 73, e Nicarágua em 79, entre outros. Depois da vitória dos fevereiros democráticos, a permanência do processo de mobilização abriu crises revolucionárias parecidas com a que precedeu o outubro russo – dualidade de poderes, ocupações de fábricas, expropriação de grandes fazendas, divisão das FFAA – sem que, no entanto, deslocassem o controle do Estado burguês. Mas, mesmo nos países urbanizados, fossem centrais ou periféricos, as situações e crises revolucionárias tiveram, freqüentemente, mais semelhanças com o processo do Fevereiro russo do que com Outubro.

NOTAS:

1. HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo, Companhia das Letras. p.62.

2. DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky, O Profeta Banido*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1984, p.50.

3. DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky, O Profeta Banido*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1984, p.50.

4. BENSAÏD, Daniel. *Le pari mélancolique*. Paris, Fayard, 1997. p. 276.

5. HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo, Companhia das Letras, 1996. p. 69-70.